

■ NACIONAL

“Economia brasileira estará sujeita a sacolejos”

Secretário de Política Econômica diz que processo de consolidação do plano de estabilização é longo e não linear

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, disse que a economia brasileira estará sujeita a sacolejos em 1997 como consequência natural do processo de consolidação da estabilização do Real. “Quem não entender que o processo de estabilização está sujeito a sacolejos vai morrer do coração. Ele é assim mesmo. É um processo longo e não linear em que há uma ansiedade muito maior no mercado financeiro”, disse.

Nas previsões de Mendonça de Barros, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer em torno de 4%, mas não há garantia de uniformidade. Poderão ocorrer pequenos avanços ou recuos. Mendonça de Barros considera remota a possibilidade de uma elevada expansão da economia seguida de uma estagnação, como foi em 1995. A economia também não está sujeita a um crescimento exagerado provocado por ganhos na massa salarial como aconteceu depois da introdução do Real.

Segundo Mendonça de Barros, a massa salarial vai crescer em consequência dos investimentos que vêm sendo feitos pelo setor privado e dos reflexos do programa de privatização. Mas neste ano a demanda está aumentando muito mais pelo afrouxamento das linhas de crédito do que dos ganhos reais de salários.

A “síndrome de mexicanização”, que implicou uma elevação das taxas de juros para segurar o crescimento da economia e conter o aumento indesejado das importações, está afastada. Não está, porém, totalmente eliminada do horizonte. Para isso, Mendonça de Barros está apostando no esforço fiscal de modo a obter um passaporte para o crescimento sustentado. Ele reconhece, contudo, que esse ajuste é muito mais difícil do que imaginava. Uma prova é que o superávit primário deste ano ficará aquém das expectativas devido aos cadáveres retirados do armário e assumidos pela União.

Para 1997, o desafio do governo é consolidar a atual política cambial, reduzir o déficit fiscal, continuar o combate à inflação, eliminando por completo o processo de indexação e, ao mesmo tempo, manter um crescimento ordenado da economia. “Não é brincadeira”, disse.

Gazeta Mercantil – Economistas de diversas correntes acreditam que os riscos de deterioração nas contas externas poderão obrigar o governo a frear o crescimento da economia no primeiro trimestre de 1997. A política de “stop and go” pode voltar?

José Roberto Mendonça de Barros – Uma flutuação forte, como nós tivemos nos dois primeiros anos do Real, definitivamente não acontece. Isto é, crescer zero, depois crescer não sei quanto, eu duvido que se repita. Aquela aceleração do consumo desesperada do segundo semestre de 1994 não irá acontecer. Sacolejo grande não haverá. Nosso crescimento é acelerado, mas não nesse nível. No terceiro trimestre deste ano, o PIB está crescendo 7% sobre o ano passado, mas a base era baixa. A aceleração reflete, portanto, também questões estatísticas. Risco de crescimento excessivo, não há.

“Quem não entender o processo de consolidação do Plano Real vai morrer do coração”

GM – Qual é a previsão de crescimento para 1997?
Mendonça de Barros – No ano que vem o PIB pode crescer 4% e as flutuações em torno desta média serão muito pequenas. Está, de fato, havendo uma expansão no crédito ao consumidor, mas a inadimplência vem caindo. Apesar de estar crescendo a oferta de crédito ao consumidor, a entrada dos grandes bancos nesse mercado, como o Icatu e o BBA, melhora a qualidade da análise do crédito. Os prazos no crédito ao consumidor não estão muito altos, ficam em quatro meses, em média. Assim os riscos também

não são tão altos. O crescimento deste ano pode chegar a 3%, se der 2,8% é um bom número.

GM – Voltando ao “stop and go”, é uma hipótese viável?

Mendonça de Barros – Não vejo como isso possa ocorrer, em consequência de um crescimento acelerado. Neste ano a massa salarial aumentou mais lentamente. O consumo está crescendo mais por conta da incorporação de uma faixa de renda mais modesta, que recorre ao crediário. Quando você expande o consumo através deste mecanismo de aumentar prazos e baixar as prestações, põe no mercado um bando de gente que esgota a sua capacidade de se endividar. Tem um estabilizador de consumo, que vai funcionar na virada do ano, em função de um número considerável de pessoas que estão comprando agora e terão de pagar suas prestações no ano que vem. Será um desacelerador natural, sazonal. Acho, porém, que há fatores que poderão contribuir para que a economia entre um pouco mais acelerada no primeiro trimestre do ano que vem, quando comparado com este ano, como a agricultura e os investimentos em infraestrutura.

GM – Com essas perspectivas de crescimento, como fica o setor externo?

Mendonça de Barros – A razão básica de se preocupar com o crescimento é o setor externo. Vai depender dos resultados das exportações, em consequência de tudo que estamos fazendo para reduzir o custo Brasil. Algumas ferrovias privatizadas já deverão estar funcionando melhor do que agora, os portos também, e com isso haverá ganhos no custo Brasil. Além disso, a balança comercial das montadoras tende a melhorar. Hoje as indústrias de automóveis estão importando máquinas para ampliar suas unidades de produção, além de importar automóveis e peças devido ao regime automotivo. O atual quadro não exige argumentação muito diferente da que eu venho usando, desde o ano passado, com muitos observadores críticos. Nós continuamos nos dividindo entre duas dinâmicas: a da síndrome mexicana e a do ajustamento. Estou convencido de que a dinâmica do ajustamento é possível. A síndrome mexicana parte da visão de que os problemas na balança comercial obrigam a economia a manter taxas de juros altas e nível de atividade baixo. Quando cai ainda mais o nível de atividade, bate na recessão.

GM – Isso pode acontecer?
Mendonça de Barros – A síndrome mexicana é pouco provável que aconteça. De um lado pela absoluta convicção, apesar de todas as dificuldades, de que estamos caminhando na direção do ajuste fiscal. A redução do chamado custo Brasil será capaz de aumentar a velocidade das exportações. Somado a isso, o investimento direto ajuda a equilibrar o setor externo. No próximo ano, devem entrar muitos recursos de privatização.

GM – O Plano Real ainda enfrenta riscos?
Mendonça de Barros – Acho que o Plano Real ainda tem uma travessia que deve ser pilotada com bastante consistência. Basicamente porque na medida que o plano vai avançando, as áreas pelas quais você começa não estão prontas e vão sendo agregados novos desafios. O problema vai ficando mais sofisticado. Depois de 30 anos de inflação alta você começa pela Unidade Real de Valor (URV), depois passa pelo ajuste sistema financeiro, da demanda agregada e assim por diante. Nós passamos por uma etapa como a do México. Estamos em uma fase em que o plano não está consolidado em área nenhuma. O combate à inflação está mais avançado, mas também não está consolidado. A memória inflacionária ainda está aí. Temos um monte de coisas a fazer na área fiscal e externa e já estamos enfrentando os problemas de organização de crescimento do lado real da economia. O ano que vem é um ano de consolidação do quadro macro na área cambial, inflação e fiscal. Temos



José Roberto Mendonça de Barros
Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

ainda o desafio de organização do crescimento. Nada é trivial.

GM – A trajetória dos juros é de queda?

Mendonça de Barros – Muito claramente. Na medida que a inflação vai caindo e a economia vai entrando na normalidade, acho que os juros podem cair. Agora temos que ter presente que 1997 é um período de consolidação de pontos macroeconômicos, sujeito a sacolejos. Quem não entende que o processo de estabilização está sujeito a sacolejos vai morrer do coração. É assim mesmo. É um processo longo e não linear. No mercado financeiro, esta ansiedade sempre é maior.

“O mercado financeiro vai ter muito do que se divertir com o plano de estabilização”

GM – Por que é maior?

Mendonça de Barros – É difícil ajustar as expectativas do governo com as do time do mercado financeiro, que é o mais atilado em qualquer lugar do mundo. Exatamente porque ele precisa ser muito rápido e se dedicar a fazer previsões sobre o futuro, é natural que tenha os melhores talentos envolvidos nisso. A ansiedade de ter que tomar uma decisão futura em 30 segundos, em duas horas, três dias, às vezes é má conselheira. Além disso, o mercado financeiro cria certos totens, porque tem data de vencimento de opções. Então, trabalha com 3% como déficit de transações correntes. Por que não 3,1% ou 2,9%? É natural que seja assim. O mercado financeiro vai ter muito do que se divertir com o plano de estabilização, porque estabilização é isso mesmo. Um processo muito complexo e longo de ajustes.

GM – A sua visão é de que o crescimento precisa ocorrer dentro de um processo de estabilização?

Mendonça de Barros – Sem dúvida. As duas coisas são indispensáveis. Não consigo ver uma sem ver a outra. Não exis-

te está hipótese de que agora vamos crescer porque já ficou para trás a estabilização. Mesmo que a gente quisesse. Não é assim que acontece.

GM – A balança comercial pode comprometer o plano?

Mendonça de Barros – Sei que o último trimestre do ano é sempre de maior importação devido ao consumo de Natal e Ano Novo. Não vejo nenhum problema. Estou olhando a balança dentro de um quadro mais amplo. Dentro disso, estou absolutamente tranquilo, talvez beneficiado pelo fato de estar participando da discussão do custo Brasil e vendo que os ganhos serão muito maiores do que as pessoas estão imaginando.

GM – Como seriam estes ganhos?
Mendonça de Barros – É como ocorria no ano passado. Quando existia uma dúvida legítima, em torno da privatização, as pessoas diziam: a privatização não vai acontecer. O custo Brasil é a mesma coisa. Eu me surpreendi com a velocidade com que se conseguiu aprovar a lei do ICMS, que foi discutida em dez anos e passou no Congresso em 12 meses.

GM – O que podemos esperar da economia internacional em 1997?

Mendonça de Barros – Seria razoável supor um cenário internacional de médio para bom, para o Brasil. A quase universal expectativa de alta forte das taxas de juros dos Estados Unidos foi substituída por uma visão quase consensual de desaceleração da economia americana. Vamos ter que esperar passar as eleições nos Estados Unidos para ver o que ocorrerá com os juros, mas eles não deverão subir. Dá para assumir a hipótese de normalidade no comércio internacional. As previsões de crescimento são medianas. Do ponto de vista da demanda internacional, não será nada dramático. O petróleo, que aumentou a partir de agosto, após o inverno do hemisfério norte, deve voltar à normalidade.

GM – O fluxo de capitais para o Brasil pode sofrer alguma alteração?

Mendonça de Barros – A tendência é manter o fluxo de ca-

pitais. Caso as taxas de juros dos Estados Unidos fiquem onde estão, em termos relativos, isso é bom para o Brasil.

GM – Há outros fatores favoráveis ao Brasil envolvendo o setor externo?

Mendonça de Barros – Devemos voltar a um nível de produção agrícola de dez anos atrás, que resulta na normalidade do abastecimento interno e numa melhora na balança comercial agrícola pelo efeito quantidade.

GM – Qual o impacto na balança comercial?

Mendonça de Barros – As projeções mais razoáveis indicam um ganho nas exportações na casa de US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão para o ano que vem. Este é um número muito precário. O mais importante será ganho nas importações. Vamos importar menos quantidade e com preço menor. A cotação do trigo no mercado externo desabou.

GM – Alguns bancos estão trabalhando com uma projeção de crescimento de 8% nas exportações e importações e de déficit de US\$ 4,5 bilhões na balança comercial?

Mendonça de Barros – Acho uma projeção possível, não sei se é boa ou não. A gente tem evitado fazer projeções. É razoável um aumento nas importações nessa faixa de 8%. Como se espera algo em torno de 4% para o crescimento do PIB e como está ocorrendo um ajustamento da importação, esse número não me parece fora de propósito. Nas exportações, também pode ser algo como 8%. Nesse cenário, as exportações começarão a andar melhor no ano que vem, porque no segundo semestre foram claramente frustrantes.

GM – Quais os outros desafios na agenda de 1997?

Mendonça de Barros – O cenário para o ano que vem é de forte consolidação na estrutura macroeconômica e de um avanço importantes nas variáveis do chamado lado real da economia. No lado macro, o nível de inflação será confortável, mas o trabalho será consolidar o processo de desindexação. Isso advém da convergência de preços setoriais, de tipos de índices, etc. Com isso, os atritos entre setores tendem a desaparecer.

“O consumo hoje está crescendo muito mais pelo afrouxamento do crédito do que por ganhos salariais”

GM – Ainda há algum impacto na inflação provocado pela indexação?

Mendonça de Barros – Sim. Se você considerar, em 1996, o que aconteceu com as mensalidades escolares, os seguros-saúde e os alugueis, vai ver que esses preços tiveram um impacto considerável na inflação e isso tem a ver com a indexação. Às vezes a convergência ocorre menos pela desindexação em si e mais pela existência de maior previsibilidade. A concorrência faz isso. A segunda área onde está se consolidando o processo de desindexação é o mercado de trabalho. Temos aí uma mudança muito forte. Na negociação dos salários, estamos olhando para frente e discutindo com outros tipos de cláusulas, como a participação dos lucros.

GM – O que vai acontecer com o mercado de trabalho? Vem aí mais desemprego?

Mendonça de Barros – O Plano Real, de fato, aumentou as taxas de desemprego. Mas não foi um aumento expressivo. O que ocorreu foi um aumento na informalização das relações de trabalho. O que parece que vai acontecer em 1997 é uma

reintrodução de fatores positivos no mercado de trabalho e a finalização dos negativos. Eu imagino que o grosso do processo de ajustamento que implica redução de pessoal do setor privado vá se esgotar até o final do ano que vem. Assim como um belo pedaço do ajustamento do setor público. Aliás, o setor público tem despejado muita gente no mercado, até mais do que o setor privado. De outro lado, está se consolidando um fenômeno no mercado de trabalho, de criação de novos empregos, fruto de dois fatores: o investimento industrial muito mais difundido pelo País e o resultado das concessões dos serviços públicos, cuja primeira rodada sempre implica compra de equipamentos e obras. Na área de ferrovias, rodovias e portos, isso já está tomando corpo. A expansão do setor de telecomunicações também está propiciando a criação de uma série de empregos, muito bem remunerados.

GM – E a massa de salários? Vai crescer?

Mendonça de Barros – Eu não tenho dúvida. Não temos uma modelagem no setor público para calcular essas variações. Em uma primeira etapa houve aumento da massa salarial pelo efeito da derrubada da inflação. Na segunda etapa, houve efeito combinado do emprego mais o ganho real de salários, garantido nas negociações de 1995. O consumo neste ano está crescendo mais pelo afrouxamento do crédito do que pelo aumento da massa salarial. Daqui para a frente, o aumento no volume de investimentos externos e internos e mais a privatização deverão ajudar novamente no crescimento da massa de salários.

“O ajuste fiscal está sendo muito mais difícil do que eu imaginava. No começo, são altas as resistências”

GM – Dá para ser otimista com relação ao comportamento do lado fiscal?

Mendonça de Barros – Acho que o Raul Velloso, me valendo de quem está fora do governo, está certo na sua estimativa de melhora do quadro fiscal. O governo central (Tesouro mais INSS) está melhorando seu desempenho. O resultado primário deste ano será inferior ao que a gente gostaria, até porque está embutindo um reconhecimento de cadáveres que estavam no armário, algum desembolso com ICMS das exportações e com gastos com Planos de Demissão Voluntária (PDV).

GM – E os estados, como enquadra-las?

Mendonça de Barros – No caso dos estados, o ajuste é mais delicado, porque há situações bastante diferentes de endividamento. Há um esforço para se fazer ajuste, uma vez que o próprio mercado tem restringido as alternativas de financiamento. Não é só uma exigência da União. O ajuste fiscal tende a se aprofundar no ano que vem. Há um volume grande de medidas infra-constitucionais que já saíram e outras virão.

GM – Pode melhorar o superávit primário no ano que vem?

Mendonça de Barros – Pode. Estamos trabalhando nesta direção. Não quero fazer projeções, os números sempre são complicados. Eu digo com franqueza. O ajuste fiscal tem sido muito mais difícil do que eu imaginava de quando vim para cá. É mais difícil por várias razões: primeiro, sempre que você entra em uma área nova, em um primeiro momento o volume de resistências é alto. Em geral leva algum tempo, e às vezes ocorrem algumas decepções. Um ano atrás não dava nem para falar em privatização dos portos. Agora todos os setores envolvidos estão procurando uma solução. O que eu quero dizer é que as idéias no vas têm um certo tempo de maturação para ser aceitas. No Brasil de hoje estamos discutindo um contrato de 30 anos que antes era para 30 dias. No setor de energia elétrica, um contrato de concessão exige um número de cláusula tão grande, que é como se fosse escrever um livro. Não é brincadeira.